

Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 08/07/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a Governadora Fátima Bezerra, acusando-a de negligência na manutenção das estradas do Rio Grande do Norte e responsabilizando-a por mortes e acidentes. Instou os Deputados Estaduais a iniciarem um processo de *impeachment*, questionando a falta de ação devido à afiliação partidária da Governadora. Criticou também a gestão em áreas como saúde e educação. Além disso, expressou alegria pela participação na *Conservative Political Action Conference (CPAC)*, em Balneário Camboriú (SC). Elogiou a organização do evento e a hospitalidade da cidade. Destacou ainda a presença de líderes conservadores internacionais, como o Presidente argentino Javier Milei e o ex-Presidente Jair Bolsonaro, ressaltando a importância do conservadorismo e criticando a administração do PT no Brasil.

Pedro Tourinho (PT - SP) - O Deputado expressou a honra de representar mais de 74 mil eleitores da Região Metropolitana de Campinas (SP) no Congresso Nacional. Destacou a importância de Campinas como polo de ciência, tecnologia, educação e cidadania, e defendeu a necessidade de maior representação política na região. Comprometeu-se a contribuir para a reconstrução do País, liderada pelo Presidente Lula, focando em saúde, educação, assistência social, segurança pública, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Por fim, agradeceu aos colegas de bancada e reafirmou seu compromisso com a democracia e os direitos humanos.

Bosco Costa (PL - SE) - O Deputado, em seu retorno à Câmara Federal pela quarta vez, comemorou a coincidência de encontrar antigos colegas. Destacou a importância do Parlamento para defender os interesses do povo brasileiro. Ademais, refletiu sobre sua trajetória política, incluindo sua experiência como Prefeito e Deputado Estadual em Sergipe, enfatizando o compromisso com o coletivo e o País. Por fim, manifestou confiança no futuro do Brasil e reiterou o compromisso de priorizar os interesses de Sergipe e do País durante seu mandato.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado expressou gratidão pela oportunidade de representar Rodônia. Destacou sua participação na CPAC Brasil 2024 em Balneário Camboriú (SC), elogiando o planejamento do evento pelo Diretor Sérgio Santana e pelo Deputado Eduardo Bolsonaro. Enfatizou também a presença e os discursos marcantes do Presidente Bolsonaro e do Presidente da Argentina, Milei, ressaltando a força da direita conservadora no Brasil. Criticou o atual Presidente brasileiro por não receber o apoio



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

esperado de um líder estrangeiro e lamentou a baixa moral resultante dessa situação. Por fim,reafirmou compromisso com a defesa da liberdade, da família e dos valores conservadores.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou o anúncio do maior Plano Safra da história do Brasil, com mais de 400 bilhões de reais destinados aos agricultores, um aumento de 16% em relação ao ano anterior. Elogiou o Governo Federal pelo apoio ao aumento da produtividade agrícola e à abertura de mais de 150 novos mercados internacionais para produtos brasileiros. Além disso, destacou o papel crucial da agricultura familiar, especialmente na Bahia, e saudou os pequenos agricultores que garantem a segurança alimentar do País. Reconheceu também o Ministro Fávaro pelo seu compromisso e competência na gestão do Ministério da Agricultura e Pecuária. Por fim, reiterou o compromisso do Governo com todos os segmentos do agronegócio brasileiro.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado abortou uma matéria do jornal Folha de S.Paulo sobre desvios de R\$ 25 milhões em joias e presentes atribuídos ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, de acordo com a Polícia Federal. Destacou que o Ministro Alexandre de Moraes retirou o sigilo do caso, revelando provas contundentes de associação criminosa, lavagem de dinheiro e peculato. Informou ainda que a investigação documentou a venda ilícita das joias, que teriam sido convertidas em dinheiro em espécie para ocultar sua origem, e que Bolsonaro e sua família foram apontados como beneficiários desse esquema de lavagem de dinheiro. Por fim, esclareceu que a notícia surge em meio a acusações adicionais contra Bolsonaro, incluindo fraude no cartão de vacinas e tentativa de golpe.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado criticou discurso parlamentar anterior, por considerar um discurso fraco e sem convicção. Afirmou que o verdadeiro responsável pelo roubo ao Brasil é o ex-presidiário que atualmente governa. Enfatizou ainda que o atual Presidente foi preso por roubo e saiu da cadeia para se candidatar à Presidência. Por fim, reafirmou que o verdadeiro ladrão é o atual Governo.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado mencionou o Grupo de Trabalho que está analisando o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2024, cujo relatório seria apresentado em breve. Destacou a participação democrática na elaboração dos PLP nº 108 e do Projeto de Lei (PL) nº 68, ambos de 2024, relacionados à reforma tributária. Enfatizou a necessidade de uma nova ordem tributária para reestruturar a economia brasileira, enfrentando problemas como o maior contencioso tributário do mundo e altos custos de compliance. Defendeu também mudanças significativas nos impostos sobre medicamentos e alimentos, buscando alíquotas reduzidas e maior eficiência no sistema tributário. Por fim, ressaltou que as alterações propostas poderiam revitalizar a economia brasileira e reduzir o déficit público crônico.



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei (PL) nº 2.527, de 2024, que cria o Programa Nacional de Pontos de Vida Ativa para a Pessoa Idosa, com o objetivo de ampliar o acesso a atividades de esporte, lazer e direitos sociais para os idosos, diante do crescimento demográfico dessa faixa etária no Brasil. Destacou que o PL, inspirado na Política Nacional de Cultura Viva e alinhado aos objetivos da Organização Mundial da Saúde para a década do envelhecimento saudável, visa promover uma melhor qualidade de vida para os idosos. Além disso, compartilhou reflexões sobre solidariedade e união, exemplificadas pelo artigo *Se juntar, o bicho foge*, da Carta Capital, que ressalta como a cooperação pode superar desafios sociais e políticos.

Carlos Veras (PT - PE) - O Deputado celebrou os 50 anos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a CODEVASF, destacando seu papel no desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, e no Nordeste. Enfatizou o apoio da companhia à agricultura familiar, através de capacitação e investimentos em infraestrutura. Agradeceu aos servidores da CODEVASF e destacou o compromisso da empresa em gerar empregos, combater a fome e reduzir desigualdades, apoiada por decisões estratégicas do Presidente Lula. Ressaltou ainda o apoio do Parlamento na promoção do desenvolvimento regional e na transformação social promovida pela CODEVASF.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado celebrou a recente vitória da centro-esquerda sobre a extrema direita na França, destacando a união estratégica que evitou um retrocesso autoritário. Comparou essa vitória à recente volta de Lula ao poder no Brasil. Alertou ainda sobre os danos causados por políticas destrutivas da extrema direita, citando exemplos internacionais como a Argentina. Expressou esperança de que lições sejam aprendidas para evitar retrocessos futuros, enfatizando a importância da resistência democrática e dos direitos humanos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado registrou um evento em Santa Teresa (ES), que celebrou os 200 anos de presença luterana no Brasil e 178 anos no Estado. Destacou a importância da Igreja Luterana na promoção da justiça e dignidade. Além disso, abordou as recentes vitórias dos partidos de esquerda na França, Reino Unido e México. Considerou essas vitórias como triunfos da democracia contra o autoritarismo e retrocessos da extrema direita. Por fim, expressou preocupação com relatório da Polícia Federal sobre supostas atividades criminosas envolvendo o ex-Presidente, enfatizando a necessidade de investigação e justiça.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada destacou o dia 7 de julho como especial, marcando um ano de seu mandato como suplente em exercício. Enfatizou seu trabalho na Comissão de Defesa do Consumidor e na



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

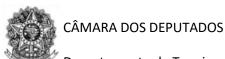
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, além de seu papel fundamental na formação da Bancada Negra na Casa. Destacou o orgulho por seus quase cem projetos em tramitação e sua participação em diversas Frentes Parlamentares, bem como nas audiências públicas que marcaram história. Agradeceu também as indicações ao prêmio Congresso em Foco. Por fim, solicitou o voto dos mato-grossenses e brasileiros para o prêmio, prometendo continuar representando seu Estado e o País com dedicação.

Missionária Michele Collins (PP - PE) - A Deputada registrou o falecimento da Pastora Sarah Hayashi, fundadora do Ministério Zion Church em São Paulo. Destacou a dedicação da Pastora ao ministério e ao serviço religioso, bem como seu impacto positivo na vida de muitas pessoas.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado homenageou a Marinha do Brasil pela histórica inclusão de 114 mulheres na primeira turma de fuzileiros navais, considerando um marco na instituição. Informou que o evento ocorreu no Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves, no Rio de Janeiro (RJ) e celebrou a formação de 660 novos soldados fuzileiros navais. Destacou também a presença de autoridades civis e militares, incluindo o Ministro da Defesa e o Comandante da Marinha, na cerimônia. Por fim, parabenizou a Marinha do Brasil e expressou confiança no futuro da nação sob sua proteção.

Missionária Michele Collins (PP - PE) - A Deputada, substituindo temporariamente a Deputada Clarissa Tércio, destacou sua participação na bancada feminina e na Frente Parlamentar Evangélica. Agradeceu a Deus pela oportunidade de estar na Casa e mencionou seu histórico como Vereadora em Recife (PE), enfatizando seu compromisso com políticas públicas e a defesa da vida e família em todo o Brasil. Além disso, reconheceu a Sociedade Assistencial Saravida pelos 21 anos de trabalho na recuperação de dependentes químicos e elogiou o papel das comunidades terapêuticas. Cobrou também uma política pública eficaz contra as drogas no Recife (PE) e solicitou apoio financeiro para o combate às drogas. Por fim, pediu um minuto de silêncio em memória da Pastora Sarah Hayashi.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou seu papel como único representante de sua região, o sudoeste da Bahia. Ressaltou a frequência e os desafios de suas viagens regulares de até 9 horas entre Brasília e Guanambi (BA), enfatizando sua dedicação ao povo baiano. Além disso, apontou os altos preços praticados pelos serviços cartoriais, mencionando aumentos recentes e longas esperas, que prejudicam cidadãos e empresários. Criticou também a burocracia excessiva e a falta de modernização nos cartórios. Por fim, demandou soluções do Tribunal de Justiça da Bahia para reduzir custos e melhorar o atendimento nos cartórios.



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou sua preocupação com a situação do Rio de Janeiro, onde 4,4 milhões de pessoas vivem atrás de barricadas, segundo dados da Universidade Federal Fluminense. Criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limitou a atuação das Polícias Civil e Militar nas comunidades, alegando expansão da criminalidade dominada por milícias e tráfico. Propôs que partidos políticos como o PL, NOVO, Republicanos e Progressistas entrem com uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) para pressionar o STF a resolver o problema das barricadas, em 30 a 60 dias, nas comunidades do Rio de Janeiro. Por fim, alertou para as condições precárias de segurança e o abandono do Rio de Janeiro pela República Federativa, apontando a necessidade urgente de intervenção federal para restaurar a ordem.

ORDEM DO DIA

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O deputado destacou sua surpresa com o início da sessão. Mencionou que estava em uma reunião e informou que o Partido NOVO não conseguiu orientar sua posição, mas buscará o Relator para fazer ajustes no texto do Projeto de Lei nº 4.670, de 2020, cujo requerimento de urgência foi aprovado.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica. Além disso, comparou o Governo anterior de Bolsonaro, acusado de genocídio contra os ianomâmis, com o atual Governo de Lula, que tomou medidas após uma tragédia ainda maior. Criticou o uso do termo "genocídio" pelo PT e a falta de respeito à tribo ianomâmi. Por fim, denunciou o Governo atual como propagador de mentiras e fake news, mencionando o aumento das queimadas na Amazônia e no Pantanal sob o governo do PT.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado explicou que a Medida Provisória nº 1.209, de 2024, busca legalizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal e responder à crise humanitária enfrentada pela comunidade ianomâmi. Informou que os recursos disponíveis serão usados para ações abrangentes, como policiamento e serviços essenciais, visando proteger a dignidade e a segurança do povo ianomâmi pelo Estado brasileiro. Por fim, ressaltou a necessidade de mais de 1 bilhão de reais para concluir as iniciativas em curso, evidenciando a implementação imediata pelo Governo de Lula com diálogo e solidariedade.



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado enfatizou a obrigação legal do Governo em enviar a Medida Provisória (MPV) nº 1.209, de 2024, ao Congresso Nacional após decisão monocrática do Ministro Luís Roberto Barroso. Criticou o Partido dos Trabalhadores (PT), acusando-o de enviar a MPV apenas sob pressão judicial, apesar de se autoproclamar defensor das minorias e do meio ambiente. Também acusou Lula de demagogia e propagação de *fake news*. Por fim, condenou o Governo por não combater as queimadas e por favorecer a corrupção.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica. Criticou o PT, afirmando que o STF teve que provocar o partido sobre o genocídio dos ianomâmis, que vivem no Amazonas, Roraima e na fronteira com a Venezuela. Segundo o Parlamentar, as mortes de crianças ianomâmis por desnutrição foram mais numerosas no Governo Lula.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica. Refutou a alegação de que bilhões de reais foram destinados ao Rio Grande do Sul, afirmando que quase nada chegou ao Estado. Segundo o Parlamentar, isso demonstra uma falta de compromisso com o Estado, similar ao tratamento dado ao povo ianomâmi.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.209, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado celebrou os resultados do segundo turno das eleições francesas, destacando a união de forças da Esquerda e do Centro para frear o avanço da Direita extremista. Argumentou que a vitória simboliza um triunfo da democracia, das liberdades e dos princípios da Revolução Francesa. Fez um paralelo com a situação brasileira, condenando tentativas de golpe e reafirmando o compromisso do Governo Lula com a democracia. Também mencionou a recente vitória dos trabalhistas no Reino Unido como outro exemplo da força democrática em ação.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou o Líder do Governo por focar nas eleições francesas, argumentando que o Governo Lula negligencia os problemas do Brasil, especialmente os desafios enfrentados pelo Rio Grande do Sul. Destacou o impacto negativo das políticas do Governo sobre a economia, mencionando a alta do dólar e do euro, além dos preços elevados da gasolina e dos alimentos. Também denunciou a falta de apoio aos desempregados e às vítimas das enchentes no Estado. O Deputado defendeu a reação da Direita contra a Esquerda, que, segundo ele, mascara seu extremismo e radicalismo.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada expressou indignação com os abusos do Governo Lula e criticou a atenção dada às eleições francesas. Destacou a violência da Esquerda na França durante as eleições e elogiou a CPAC em Balneário Camboriú, onde líderes da Direita discutiram a luta pela liberdade. Afirmou que, sob governos de Direita, há progresso e ordem, enquanto a Esquerda traz desordem e miséria. Defendeu o ex-presidente Bolsonaro contra acusações de desvio de joias e questionou a investigação sobre a tentativa de assassinato contra ele.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado discutiu a emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever que o tribunal determine a correção do vício de não comprovação da ocorrência de feriado local pelo recorrente, ou desconsidere a omissão caso a informação conste do processo eletrônico. Criticou a disseminação de



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

mentiras, mencionando que o Governo Bolsonaro foi responsável por um genocídio entre os ianomâmis e por uma alta significativa nos preços do dólar, da gasolina e dos alimentos. Defendeu o Governo Lula, destacando as ações de ajuda emergencial e reconstrução no Rio Grande do Sul.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada discutiu a emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever que o tribunal determine a correção do vício de não comprovação da ocorrência de feriado local pelo recorrente, ou desconsidere a omissão caso a informação conste do processo eletrônico.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever que o tribunal determine a correção do vício de não comprovação da ocorrência de feriado local pelo recorrente, ou desconsidere a omissão caso a informação conste do processo eletrônico.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada apresentou uma questão de ordem baseada no art. 175 do Regimento Interno, alegando que o Deputado inscrito para discutir uma matéria deve se ater ao tema, sendo vedado o ataque a outros Deputados.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada contraditou uma questão de ordem formulada pela Deputada Bia Kicis, argumentando que deve ser respeitado o direito dos Parlamentares de manifestar e contextualizar suas opiniões.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Além disso, criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) por adotar práticas que configuram estelionato eleitoral. Relatou um caso pessoal em que processou um membro do PT por calúnia e venceu na primeira instância. No entanto, na segunda instância, o advogado da outra parte perdeu o prazo de recurso, resultando em vitória por incompetência processual. Ele desafiou uma Deputada do Distrito Federal a mostrar solidariedade aos presos em Brasília e criticou a falta de apoio dela aos direitos humanos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada formulou uma questão de ordem citando o art. 74 do Regimento Interno, contestando acusações feitas pelo Deputado Marcel Van Hattem. Destacou que ele defendeu impunidade ao desconsiderar depredações e ataques à democracia. Em resposta às interrupções do Parlamentar, ela sublinhou a necessidade de basear discursos na verdade. Lembrou as contribuições do



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Governo Federal em crises, contrastando com a inação do ex-Presidente em situações de emergência. Também refutou alegações falsas feitas sobre o Presidente Lula e criticou a desinformação sobre preços de gasolina durante o Governo anterior.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada discutiu a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Também lamentou a falta de civilidade no Parlamento e criticou a falta de escuta às mulheres e aos indígenas. Além disso, destacou a importância de tratar a questão ianomâmi como humanitária, condenando o uso político do tema. Relatou visitas ao território ianomâmi e denunciou o extermínio e violência sofridos pelos indígenas devido ao garimpo. Defendeu que os direitos territoriais dos povos indígenas sejam respeitados e criticou aqueles que dizem apoiar os indígenas, mas votam contra seus direitos.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado citou o art. 73, inciso XII, do Regimento Interno, e exigiu o direito de resposta a manifestações injuriosas contra ele. Defendeu a necessidade do devido processo, independentemente de atos cometidos, e criticou a acusação de impunidade. Condenou os impropérios ouvidos e criticou a defesa de um Governo que permitiu a morte de mais indígenas ianomâmis do que no Governo anterior. Ele lamentou todas as mortes e criticou a utilização política da questão.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada formulou uma questão de ordem com base no art. 17 do Regimento Interno, argumentando que é necessário tratar, no Plenário, daqueles que impedem a livre manifestação, sendo imprescindível civilidade no processo dos debates.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Também criticou o comportamento de um Parlamentar que fez agressões e tentou interromper a fala de uma Parlamentar na tribuna. Ele destacou que tais atitudes de impropérios, desequilíbrio e ataques não devem interromper o funcionamento do Parlamento. Solicitou à Presidência que garanta o bom andamento da sessão e condenou os ataques da extrema direita bolsonarista.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Também criticou um Deputado por não suportar ver uma mulher indígena falar no Parlamento. Ela destacou que a questão ianomâmi não é apenas política, mas humanitária. Pediu respeito aos



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

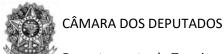
Parlamentares indígenas e convidou aqueles que realmente desejam defender os direitos dos povos indígenas a visitar o território ianomâmi.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Além disso, afirmou que nunca faltou com respeito a nenhum Parlamentar e destacou que tem grande respeito por todos os eleitos. Argumentou que as opiniões da Esquerda têm sido extremamente agressivas e antidemocráticas, acusando-a de apoiar a ditadura e usar medidas arbitrárias.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Também afirmou que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados não é um conjunto de regras arbitrárias, mas um documento que orienta a conduta na Casa. Destacou que, apesar das divergências, a liberdade de expressão deve ser garantida e que todos têm o direito à opinião, incluindo os povos indígenas que lutam pela homologação e demarcação de suas terras.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que revoga o § 6º do art. 1003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. Além disso, destacou a importância do debate democrático no Parlamento, afirmando que deve ser um espaço de construção de sínteses, não de tentativas de vitória por meio do grito ou da violência. Mencionou os eventos de 8 de janeiro, ressaltando que foi uma tentativa de subverter a vontade soberana do povo brasileiro, que havia derrotado o então Presidente, o primeiro a perder uma reeleição na história do País. Afirmou que depredar as urnas e defender a impunidade são inaceitáveis e que os responsáveis por atentados contra a democracia devem ser responsabilizados.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado anunciou a apresentação de um projeto de Lei que propõe a isenção do IPI na aquisição de veículos automotores para mulheres que são mães e trabalham como motoristas de aplicativos. A iniciativa, baseada em um levantamento da ONG Habra, visa aliviar o custo financeiro dessas mulheres, que encontram no trabalho como motoristas uma forma de complementar a renda familiar, mas enfrentam dificuldades devido aos altos custos de aquisição e manutenção de veículos. A medida busca valorizar o trabalho dessas mães, promovendo igualdade de oportunidades e estimulando o mercado automotivo nacional. Ao encerrar, solicitou o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do projeto.



Sumário da Sessão nº 135.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 08/07/2024

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo do Presidente Lula em relação aos desafios econômicos. Destacou o déficit fiscal crescente e criticou as tentativas do Ministro Haddad de flexibilizar os orçamentos da saúde e educação, medida que foi abandonada devido à repercussão negativa. Mencionou que a equipe econômica está estudando a cobrança de mensalidades para alunos ricos em universidades públicas e a alteração dos parâmetros do Fundeb como parte das medidas para reequilibrar o orçamento. Argumentou que estas medidas penalizam a população mais pobre e são inconstitucionais, segundo o artigo 206 da Constituição Federal. Ele também criticou os gastos excessivos do Governo e defendeu que qualquer mudança nas universidades públicas deve ampliar o acesso e contribuir para o desenvolvimento do País.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou espanto ao constatar que o Presidente Lula ainda oscile entre cortar gastos ou aumentar a arrecadação. Argumentou que aumentar impostos pode desestimular investimentos e consumo, desacelerando a economia, enquanto cortar gastos pode estabilizar ou até reduzir a carga tributária, incentivando investimentos e consumo privado. Com uma elevada relação dívida/PIB, aumentar a arrecadação via impostos pode não controlar a dívida se o crescimento econômico não for robusto. Reduzir gastos ajuda a equilibrar o orçamento, tornar o Governo mais eficiente e melhorar a credibilidade do país perante investidores e agências de classificação de risco, essencial para atrair investimentos externos e manter custos de endividamento razoáveis.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado destacou a violência urbana como o principal problema enfrentado pelos paulistanos, conforme pesquisa da Quaest. Ele apontou que anos de crescimento desordenado, migração e falta de planejamento criaram áreas periféricas carentes e focos de criminalidade. A desigualdade social e a falta de oportunidades para os jovens foram citadas como fatores que perpetuam a violência. Enfatizou a necessidade de políticas públicas para reduzir a desigualdade, investir em educação e criar programas de inclusão social. Finalizou conclamando a sociedade e o setor privado a colaborarem na busca por soluções para esse problema.

ENCERRAMENTO